



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CAS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Fabio da Silva Gomes, Assessor de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS);
- o Senhor Roberto Gil, Diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer (INCA);
- a Senhora Luciana Vasconcelos Sardinha, Diretora Adjunta da Vital Strategies;
- a Senhora Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- o Senhor Youssef Abdel-Jelil, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil;
- o Senhor José Ângelo Divino, Professor e coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e representante da ANEC - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil;
- o Senhor Marcello Baird, Coordenador de advocacy da ACT Promoção da Saúde;



- a Senhora Luiza Machado, Advogada e Mestra em Direito Tributário da UFMG, coordenadora do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV / Direito SP.

JUSTIFICAÇÃO

A Reforma Tributária tem como objetivo a simplificação do sistema fiscal brasileiro. Com foco no consumo, a proposta impactará a vida dos brasileiros em diversos aspectos, dentre eles: social, meio ambiente e saúde. É de extrema importância discutir e observar tais aspectos visando melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as externalidades negativas e garantir o acesso a direitos humanos fundamentais.

É possível, através da Reforma Tributária, promover alimentação saudável e combater a fome a partir da Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquota zero e a alíquota reduzida para outros alimentos essenciais, tornando-os mais acessíveis.

É possível também desestimular o consumo do tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados por meio do Imposto Seletivo, visando melhorar os indicadores de saúde, especialmente dos grupos mais vulneráveis da população. Ainda, os recursos arrecadados com o imposto seletivo, se vinculados ao sistema de saúde, podem fortalecer o SUS, hoje subfinanciado, além de beneficiar outros entes da federação.

Por fim, a Reforma Tributária terá impacto direto no perfil de consumo dos brasileiros. Precisamos pensar em uma reforma que visa reduzir desigualdades, observando os produtos que serão desonerados, bem como ter o Imposto Seletivo como iniciativa que onera produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, visto que são as populações mais vulneráveis que sofrem com os impactos do racismo ambiental, acesso insuficiente à rede saúde e saneamento básico.



Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2024.

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

